



**Politécnico
Castelo Branco**

Polytechnic University

PROGRAMA

CONCURSO PÚBLICO

IPCB-2024CP011

**Colocação e exploração de máquinas de venda automática no
Instituto Politécnico de Castelo Branco**

Índice

Capítulo I Disposições Gerais.....	3
Artigo 1.º Objeto.....	3
Artigo 2.º Entidade contratante.....	3
Artigo 3.º Decisão de contratar.....	3
Artigo 4.º Fundamento de escolha do procedimento	3
Capítulo II Propostas	3
Artigo 5.º Propostas	3
Artigo 6.º Assinatura	4
Artigo 7.º Órgão competente para prestar esclarecimentos	4
Artigo 8.º Prazo para entrega das propostas.....	4
Artigo 9.º Visitas aos locais	4
Artigo 10.º Propostas variantes	4
Artigo 11.º Negociação.....	5
Artigo 12.º Exclusão de propostas	5
Capítulo III Adjudicação	5
Artigo 13.º Critério de adjudicação	5
Artigo 14.º Desempate	5
Artigo 15.º Documentos de habilitação a entregar pelo adjudicatário	5
Artigo 16.º Prazo para a apresentação dos documentos de habilitação	6
Artigo 17.º Prazo para supressão de irregularidades dos documentos de habilitação.....	6
Capítulo IV Disposições finais.....	7
Artigo 18.º Caução	7
Artigo 19.º Subcontratação	7
Artigo 20.º Legislação aplicável.....	7
Artigo 21.º Foro competente.....	7
Artigo 22.º Disposições Finais.....	7

Capítulo I Disposições Gerais

Artigo 1.º Objeto

O presente procedimento tem por objeto a colocação e exploração de máquinas de venda automática no Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), respetivas Escolas Superiores e Residências de Estudantes, em conformidade com a parte II do caderno de encargos.

Artigo 2.º Entidade contratante

A entidade adjudicante é o Instituto Politécnico de Castelo Branco, sito na Avenida Pedro Álvares Cabral, nº 12, 6000-084 Castelo Branco, com o NIPC 504 152 980, com o nº de telefone: 272 339 600 e com endereço de correio eletrónico ipcb@ipcb.pt

Artigo 3.º Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada em 14 de novembro de 2024, por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, Professor Doutor António Augusto Cabral Marques Fernandes, com poderes para o ato ao abrigo da Delegação de Competências constante do Despacho n.º 5845/2024, publicado no Diário da República n.º 100/2024, Série II, de 23 de maio.

Artigo 4.º Fundamento de escolha do procedimento

Concurso público nos termos do art.º 31.º do código dos contratos públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro.

Capítulo II Propostas

Artigo 5.º Propostas

A proposta deve ser obrigatoriamente redigida em língua portuguesa, nos termos do art.º 58.º do CCP, e acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo I** ao CCP;
- b) Documento de proposta, conforme modelo em **anexo IV** ao presente programa;
- c) Tabela de preços dos produtos a colocar nas máquinas de venda automática, conforme modelo em **anexo V** ao presente programa;

- d) Quaisquer outros documentos que considere necessário.

Artigo 6.º **Assinatura**

1. Os documentos devem ser assinados digitalmente, de acordo com as seguintes regras:
 - a) **Todos** os documentos, independentemente do seu formato, devem ser assinados digitalmente **antes** de serem submetidos na plataforma eletrónica de aquisições públicas. (Ver art.º 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto);
 - b) **Todos** os documentos inseridos em pastas comprimidas **devem** ser assinados individualmente **antes** da criação da pasta.
2. A assinatura da plataforma eletrónica aquando da submissão dos documentos **não substitui** a assinatura digital de cada um dos documentos.
3. Caso a assinatura não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, o concorrente **deverá submeter um documento eletrónico oficial** indicando o poder de representação e assinatura do subscritor.

Artigo 7.º **Órgão competente para prestar esclarecimentos**

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o júri do procedimento.

Artigo 8.º **Prazo para entrega das propostas**

As propostas devem ser submetidas na plataforma eletrónica em uso pela entidade adjudicante (<https://www.acingov.pt>) até às 23:59 horas do 9.º dia após a publicação do anúncio.

Artigo 9.º **Visitas aos locais**

1. Poderão ser efetuadas visitas aos locais, em dia e horário normal de expediente, mediante solicitação do interessado.
2. O pedido de visita ao local deverá ser efetuado por escrito, para o endereço de compraspublicas@ipcb.pt com a antecedência mínima de um (1) dia útil.

Artigo 10.º **Propostas variantes**

Não são admitidas propostas variantes

Artigo 11.º Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 12.º Exclusão de propostas

1. São excluídas as propostas que apresentem termos ou condições, que violem aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência.
2. São motivos de exclusão das propostas os previstos no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
3. É motivo de exclusão a apresentação de proposta com valor inferior ao fixado no art.º 4º do caderno de encargos.
4. São excluídas as propostas que não estejam em conformidade com os art.ºs 5.º e 6.º do presente programa.

Capítulo III Adjudicação

Artigo 13.º Critério de adjudicação

O critério de adjudicação será unicamente o valor mais elevado da renda mensal por máquina colocada.

Artigo 14.º Desempate

Em caso de empate das propostas, será efetuado o desempate através de sorteio, a realizar na sede da entidade adjudicante, em data a fixar por esta e será comunicada aos concorrentes com a antecedência mínima de 2 dias uteis.

Artigo 15.º Documentos de habilitação a entregar pelo adjudicatário

1. Após a notificação da adjudicação e sob pena de caducidade da mesma, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante em **anexo II** ao CCP;
 - b) Apólice de seguro, de acordo com o n.º 9.º do caderno de encargos.
 - c) Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva para com a Segurança Social Portuguesa ou se for o caso no Estado de que sejam nacionais ou no

- qual se situe o seu estabelecimento principal, ou disponibilização de acesso para a sua consulta on-line, conforme alínea d) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP;
- d) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, relativamente a impostos devidos em Portugal ou se for o caso no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, ou disponibilização de acesso para sua consulta on-line, conforme alínea e) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP;
- e) Certidão de registo criminal, da entidade e de todos os titulares dos respetivos órgãos sociais de administração ou gerência, que se encontrem em efetividade de funções e que comprove todas as situações descritas nas alíneas b) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP;
- f) Certidão Permanente, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online;
- g) Comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE);
2. Quando pela sua natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 16.º

Prazo para a apresentação dos documentos de habilitação

1. O prazo para a apresentação dos documentos de habilitação é de 8 (oito) dias úteis, após notificação da adjudicação.
2. A não apresentação de algum dos documentos de habilitação ou a sua apresentação em língua estrangeira, mas não acompanhado da respetiva tradução legalizada, implica a caducidade da adjudicação, conforme previsto no art.º 86.º do CCP e constitui contraordenação muito grave sujeita a coima, de acordo com o disposto no art.º 456.º do mesmo código.

Artigo 17.º

Prazo para supressão de irregularidades dos documentos de habilitação

O prazo para a supressão de irregularidades dos documentos de habilitação é de 2 (dois) dias úteis após notificação.

Capítulo IV Disposições finais

Artigo 18.º Caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações o concessionário presta uma caução, no valor de 2% do valor do contrato inicial.
2. A caução deve ser prestada no prazo de 10 dias úteis, após notificação da adjudicação, em conformidade com o art.º 90.º do CCP.
3. Cada renovação do contrato, está condicionada à prestação de nova caução, correspondente a 2% do respetivo valor, de acordo com o novo período de vigência, conforme art.º 3.º do caderno de encargos.
4. Se o concessionário não cumprir as suas obrigações, o concedente pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos termos do disposto no art.º 296.º do CCP.

Artigo 19.º Subcontratação

Não se reconhece, para quaisquer efeitos, a existência de subcontratação.

Artigo 20.º Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto nas peças do procedimento aplica-se o regime constante do CCP aprovado Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações subsequentes, legislação complementar nacional e comunitária.

Artigo 21.º Foro competente

Para dirimir as questões emergentes da validade, interpretação e incumprimento do contrato, as partes estipulam como competente o foro da comarca de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 22.º Disposições Finais

Constituem encargos dos concorrentes as despesas respeitantes à elaboração e apresentação das respetivas propostas, bem como, relativamente ao adjudicatário, as inerentes à prestação da caução, celebração do contrato e seguros.